Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 3169/2016

PROCESSO TC/MS : TC/11101/2015
PROTOCOLO : 1602409
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A) : WALDELI DOS SANTOS ROSA
TIPO DE PROCESSO : ATA DE REGISTRO DE PREÇO 068/2014
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO : PREGÃO PRESENCIAL 117/2014
RELATOR (A) : JERSON DOMINGOS

Tratam os autos de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, número 117/2014, que deu origem a Ata de Registro de Preços nº 068/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Costa Rica e as empresas abaixo relacionadas, cujo objeto é "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO".

EMPRESA	VALOR
MARIA APARECIDA BERNI DA SILVA ME	R$ 343.821,90
FREITAS & MORILA LTDA ME	R$ 101.747,00
TARRAFÃO DEZ CONFECÇÕES LTDA	R$ 194.061,35

A 3ª ICE emitiu a análise ANA - 3ICE – 18590/2015 (peça 21), manifestando-se pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 068/2015, com ressalva para remessa intempestiva de documentos a esta Corte.

O Ministério Público de Contas em seu parecer (peça 24), concluiu pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços, ressalvando a remessa intempestiva de documentos a esta Corte.

É o relatório.

Compulsando os autos verifico que o procedimento licitatório e a formalização da Ata de Registro de Preços foram devidamente instruídos e seguem as normas estabelecidas na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993, bem como estão de acordo com as determinações da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Ante o exposto, não havendo nos autos evidência de ilegalidades ou falhas nos procedimentos examinados, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, a análise da Inspetoria de Controle Externo e **DECIDO:**

I – Pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 117/2014, que deu origem a Ata de Registro de Preços n. 068/2014

celebrada entre a Prefeitura Municipal de Costa Rica e as empresas MARIA APARECIDA BERNI DA SILVA ME, FREITAS & MORILA LTDA ME e TARRAFÃO DEZ CONFECÇÕES LTDA, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012, observado o disposto no art. 120, *caput*, I, "*a*", e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II - pela APLICAÇÃO DE MULTA no valor de 20 (vinte) UFERMS ao Sr. WALDELI DOS SANTOS ROSA, CPF 326.120.019-72, Prefeito Municipal de Costa Rica, pela remessa fora do prazo, de documentos ao Tribunal de Contas, com fulcro no artigo 46 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o artigo 170, § 1º, inciso I, alínea "a" da Resolução Normativa TC/MS n. 076/2013;

III – pela concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para o recolhimento do valor da multa ao FUNTC, conforme o disposto no art. 83 da LC n. 160/12 c/c os incisos I e II do § 1º do art. 172 da RNTC/MS n. 076/13;

IV – pela COMUNICAÇÃO do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012.

V - Após as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, sejam os autos remetidos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, nos termos do art. 120, II e III da RNTC/MS n. 76/2013 c/c o parágrafo único do art. 4º da Orientação Técnica Interna n. 03, de 2010.

Campo Grande, 13 de abril de 2016.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

dm